

## Amarais NAS CADEIRAS DO OUVIDOR (\*)

~~Celso Maria de Mello Pupo~~

Numa revivescência de velhos hábitos, objetos tri-centenários nos trazem recordações caras com valiosas minúcias que nos falam, mas que falam multiplicando detalhes, enriquecendo a história e valorizando a recordação. Então, quem os conserva deve-lhes o registro literal que perpetue descritivamente a memória que representam.

Herdados de uma cadeia de antepassados, chegam a exigir a perpetuidade de um histórico, como esforço de sobrevivência em bibliotecas, e com a nobre função de servir aos que buscam o pretérito de nossa gente, dos lares antigos, dos hábitos que marcaram época passada da vida familiar, no centro urbano ou no formoso viver campestre.

Trezentos anos distantes, duas mobílias exigem uma recordação de interesse histórico mas, especialmente para o autor, de caráter afetivo, ao sentir, no madeiro encourado, zelo e carinho de avoengos, guardiães da tradição familiar e conservadores de memórias caras dos que transmitiram a vida que se repete com o multiplicar de gerações.

São memórias da meninice quando um avô, em torno de uma mesa de jantar, repetia, para netos ávidos de conhecimentos, fatos familiares de antanho, grandiosos para o pequeno ambiente que se constituía de um pequeno núcleo familiar da cidade, mas que entre seus membros se tornava maior por ter história, ter tradição, ter amor ao lar com a sua variada, sua multiforme composição.

Mas quem quer historiar não se pode omitir na transformação do que é somente tradição em história documentada, impondo, assim, a verdade como fundamento de seu relato. Para isto tivemos em mãos os inventários de bens deixados por Bento do Amaral da Silva, o ouvidor interino de São Paulo, e o de sua mulher Escolástica de Godói, ambos no Arquivo Público do Estado, e outros de descendentes deste casal, em tabelionatos de Itu e Capivari, graças à boa vontade do diretor e funcionários do Arquivo, de tabeliães procurados e de outras autoridades amigas que nos honraram com sua atenção.

(\*) Publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, vol. 78, 1982

36

## A FAZENDA DO EMBOAÇAVA

De terras produtivas, teve esta fazenda um anterior proprietário, Afonso Sardinha, personalidade de grande evidência na vida da Capitania, e de quem vários historiadores trataram.

“Foi Afonso Sardinha o primeiro que teve em São Paulo trapiches de açúcar, de que pagava grandes direitos ao Rei, na sua fazenda de cultura no sítio de Ubatatá junto do rio Jurubatuba (que agora se diz Rio dos Pinheiros) em 1607, e nesse tempo teve de sesmaria mais terras e matos correndo o rio abaixo, desde o lugar da aldeia dos Pinheiros”. “Das minas de Santa Fé e Jaraguá extraiu tanto ouro que, quando faleceu, declarou no seu testamento possuir 80 mil cruzados em ouro em pó”(1) diz Azevedo Marques.

“Aos 30 de setembro de 1592, Afonso Sardinha é eleito pelos “Homens Bons” e oficiais da Câmara de São Paulo, capitão da segunda guerra contra os selvagens do sertão”(2) como assegura Aureliano Leite(3).

E Roger Bastide, tratando da escravatura negra, escreveu: “Só podemos ter certeza quanto ao aparecimento do primeiro africano em São Paulo a partir de Afonso Sardinha, o qual tinha um navio fazendo o roteiro de Angola. E esse aparecimento liga-se à primeira tentativa de mineração em São Paulo (minas do Jaraguá) e não à cultura da terra, como no Nordeste(4).

Valemo-nos agora de Afonso d'Escragnole Taunay: “Grande comerciante e capitalista, grande proprietário e lavrador, mineirava ouro no Jaraguá, fabricava e exportava marmelada, a ponto

- 
1. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, «Apontamentos» «da Província de São Paulo» I 3.
  2. Belmonte em «No Tempo dos Bandeirantes» 27, diz ter havido nesta fazenda, no século dezessete, pequeno forte de «taipa e tranqueiras», «no Emboaçava, para os lados de Pinheiros, na confluência dos rios Grande e Jeribatiba e foi erguido para evitar novos ataques de índios à vila».
  3. Aureliano Leite, «A História de São Paulo» 20.
  4. Roger Bastide, «O Negro em São Paulo», em «São Paulo em Quatro Séculos» II 23.

de poder fornecer, de uma remessa, com caixotes, e negociava grandes partidas de farinha, sal e açúcar". Era nos "Pinheiros onde "assistia" o creso da época Afonso Sardinha"(5). "Em seu testamento narra Afonso Sardinha que à África portuguesa mandara o sobrinho Gregório Francisco buscar escravos, "peças do gentio de Guiné"(6).

Sua casa rural era a atual "Casa do Bandeirante" que antes da retificação do rio Pinheiros estava junto à sua margem direita (fig. 1) em construção de taipa; possuía outra nesta fazenda, de pau-a-pique, certamente fora de terras alcançadas pelas enchen-tes, e que figura no inventário de Escolástica de Godói. Da Cidade a esta fazenda, era fluvial o transporte, com embarque no sopé da ladeira do Carmo, segundo Adolfo Augusto Pinto, no embarcadouro do Tamanduateí "então o *Porto Geral* da povoação"; navegando-se rio abaixo até a confluência com o Tietê, no qual "rio acima, alcançava-se a Conceição dos Guarulhos, São Miguel e Itaquaquecetuba. Navegando o rio para baixo, tocava-se primeiro no sítio de Nossa Senhora da Esperança, com aldeamento fundado por Manuel Preto, e que veio a ser depois a capela e povoação de Nossa Senhora da Espectação do Ó; deixava-se pouco abaixo, à esquerda, o sítio de Emboaçava, de Afonso Sardinha"(7).

Esta navegação pelo Tietê alterava-se na embocadura do rio Pinheiros, pelo qual se subia até encontrar a atual "Casa do Bandeirante", então junto à margem direita deste último rio, em promontório como ainda hoje se vê. E é esta mesma fazenda que vamos encontrar na segunda metade do século dezessete, como propriedade do ouvidor interino Bento do Amaral da Silva, também proprietário no Jaraguá, o que induz à conclusão de ter este ouvidor adquirido uma parte, com dois imóveis, do antigo patrimônio de Afonso Sardinha.

E é fácil identificar e localizar a fazenda de Afonso Sardinha que possuiu Bento do Amaral "entre os rios Tietê e Pinheiros", que não são paralelos mas convergentes, o que a coloca, seguramente, na confluência destes rios. Além das localizações acima transcritas, o inventário dos bens deixados pela viúva de Bento do Amaral da Silva, Escolástica de Godói(8) registra a arrematação de parte de suas terras feita pelo credor do espólio e herdeiro, José do Amaral Gurgel, "em seu campo com seus valos e com os valos do sítio", "no bairro do Emboaçava por onde passa a estrada de Parnaíba".

5. Afonso d'Escragnole Taunay, «São Paulo nos Primeiros Anos» 159 e 182.

6. Afonso d'Escragnole Taunay, «São Paulo no Século XVI» 186.

7. Adolfo Augusto Pinto, «História da Viação Pública de São Paulo», 13.

8. Arquivo Público do Estado.



Completamos a descrição da fazenda: “um galho desta via, hoje a acompanhar terrenos do Hospital do Isolamento e o cemitério do Araçá, servia de separação das terras do Pacaembu e do Medihy, propriedade dos Jesuítas, das da Emboaçava, pertencentes ao velho Afonso Sardinha”(9), que ao nascente tinha por divisas uma linha acompanhando, mais ou menos, as atuais ruas Dr. Arnaldo-Afonso Bovero; ao norte, o rio Tietê e ao poente o rio Pinheiros, tendo ao sul a estrada de Parnaíba.

Era Bento do Amaral da Silva filho de José Nunes da Silva (que Pedro Taques disse erradamente José Nunes do Amaral) e de Mécia de Arão Gurgel, neto materno de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral. Faleceu Bento a 21 de junho de 1719(10) e foi “tronco da numerosa família Amaral Gurgel”, ramo de São Paulo. “Depois de haver, em São Paulo, exercido importantes cargos, tais como os de juiz, ouvidor e corregedor, retirou-se à vida privada, estabelecendo-se em sua fazenda Emboaçava, nas margens dos rios Tietê e Pinheiros”(11) (Fig. 1).

#### GURGEL E SUA ORIGEM

Desde a primeira metade do século dezesseis, vinha sendo o Brasil campo de incursões dos franceses interessados em comerciar com pau-brasil, burlando a legislação e a vigilância da metrópole portuguesa. Historia Simonsen, que a “França, muito mais populosa que Portugal, apresentava nessa época, com suas indústrias nascentes, um mercado fértil não só para as madeiras tintoriais, como para as especiarias. Daí, as investidas dos franceses ao comércio com os indígenas do Brasil. Não disputando a terra aos autóctones, procuravam agradá-los quanto possível, por intermédio de hábeis intérpretes que aí deixavam, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam”(12).

Relata Jean de Léry, que “nas índias pertencentes ao rei de Portugal *ex veteri occupatione*, não deseja este rivais, nem mesmo que as costas sejam visitadas por súditos de potências estrangeiras. Os normandos, bretões e picardenses que estiveram no Brasil foram muito hostilizados, o que deu margem a amargas representações da França contra Portugal”, os quais visitavam “Cabo Frio, enseada e porto dos mais conhecidos dos navegadores franceses”(13).

Latif, em seu trabalho sobre a cidade do Rio, diz: “continuam os mercadores franceses tranqüilamente a visitar a re-

9. Afonso d'Escragnole Taunay, ob. cit. 214.
10. Arquivo Público do Estado, inventário.
11. Jacinto Ribeiro, «Cronologia Paulista» I 677.
12. Roberto Simonsen, «História Econômica do Brasil» I 90.
13. Jean de Léry, «Viagem à Terra do Brasil» 37 e 77.

gião". "Querem apenas comerciar". "Os marinheiros normandos e bretões voltam sem grandes tesouros, mas tornam-se heróis do grande oceano". "No cais de Saint-Malo e do Havre, todos querem se inteirar das novidades e cercam os lobos do mar"(14).

Conta Silva Leme, seguindo Pedro Taques, o primeiro a historiar a prisão de Gurgel, que na repressão a uma dessas incursões, o capitão João de Sousa Pereira Botafogo se destacou e, como "este Botafogo era destemido e de reconhecida nobreza, foi feito capitão de uma das canoas e mandado a Cabo Frio a impedir o contrato de pau-brasil com que os franceses estavam comerciando. Foi tão feliz nessa empresa que, pelejando com valor e ousadia com os franceses, conseguiu vencê-los, fazendo prisioneiro, entre outros, a Tucen Gurgel cabo de toda a armada, valoroso francês, que foi levado ao Rio de Janeiro e foi o tronco dos Amarais Gurgéis daquela cidade, e que depois se espalharam em São Paulo"(15).

O local, Cabo Frio, e o posto de Gurgel condizem com o ensino do historiador João Ribeiro sobre o feito dos portugueses no governo de Salvador Correa de Sá, governador do Rio de Janeiro até 1570; tomaram eles em Cabo Frio, uma nau francesa de "duzentos tonéis", com esquadilha de canoas, curiosa organização adotada pelos portugueses, "extremamente móveis, invenção dos selvagens" "que operavam com êxito à noite, quase sem vulto e só percebidas pelo inimigo tardiamente".(16)

A prisão de Gurgel estará, portanto, em torno destes fatos, em ligação com estes nomes, mas em época incerta (1564, diz Roque Luís de Macedo Leme da Câmara) (17). Devemos distinguir os navegantes franceses católicos, comerciantes de pau-brasil em Cabo Frio, dos calvinistas que quiseram criar sua colônia no Brasil; estes quando prisioneiros, não eram poupados. (18).

Vieira Fazenda(19) diz que Gurgel faleceu antes de 1631 com mais de oitenta anos; Rheingantz(20) afirmando que ele nasceu no Havre, fixa sua morte em 1625. Aceitando-se esta últi-

- 
14. Miran de Barros Latif, «Uma Cidade nos Trópicos» 2.<sup>a</sup> edição, 17.
  15. Luís Gonzaga da Silva Leme, «Genealogia Paulistana» V 508.
  16. João Ribeiro, «História do Brasil» 118 da 6.<sup>a</sup> edição.
  17. Roque Luís de Macedo Leme da Câmara, «Nobiliarquia Brasileira» na Revista do Instituto Histórico de São Paulo XXXII 152.
  18. João Ribeiro, ob. cit. 130, conta que «o principal alvo era tripudiar sanguinolentamente sobre a heresia reformista».
  19. José Vieira Fazenda, «Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro», na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 95, vol. 149.
  20. Carlos G. Rheingantz, «Primeiras Famílias do Rio de Janeiro», I 117 e II 324 — e «Toussaint Grugel» em «O Globo» de 26-7-1965, neste afirmando que «na habilitação de genere de um dos seus netos, os depoentes, em seus testemunhos, foram unâimes em declarar que Toussaint Gurgel nasceu em Havre de Grâce».

ma data e a idade de oitenta e dois anos, haveria de ter nascido em 1543; se foi preso com 27 anos como diz Fazenda, esta prisão ter-se-ia dado em 1570, o que corrobora com o relato de João Ribeiro. Casou-se Gurgel em 1598, com 55 anos, e a noiva talvez com 20, como era hábito na antiguidade; é o que se pode concluir das afirmativas e da documentação.

Diz Heitor Gurgel(21) sem indicar o fundamento de sua afirmativa, que Toussaint recebeu de um padre as idéias calvinistas; não cremos que ele se tenha tornado calvinista, pois então não teria escapado à pena máxima e, igualmente, ele protestante, em época de acirrada paixão religiosa, não se teria casado em nobre família da terra, gente profundamente católica, não teria batizado os filhos, como consta dos arquivos religiosos e não teria um filho, netos e mais descendentes, sacerdotes católicos. Assim admitimos que ele tivesse sido encarregado do comércio de pau-brasil, como muitos franceses que não eram os criadores da França Antártica.

Gurgel prisioneiro entendeu-se bem com os seus vencedores, casando-se com brasileira para se tornar o tronco da velha e vasta estirpe de Amaral Gurgel, apelidos ambos de origem nobre, sem o que não se teriam transmitido, só por linha feminina, superando a influência dos demais, perpetuando-os e espalhando-os com grande descendência.

Gurgel, que tem o seu prenome citado de várias formas, Tassem, Tacem, Toussem, Touvem, (Toussaint, diz Viera Fazenda) mas invariavelmente e por todos os historiadores, o francês de alcunha e nacionalidade, viveu no Rio de Janeiro, segundo, ainda, Vieira Fazenda e Afrânio Peixoto:

“Mau grado a vigilância dos Governadores, continuavam os franceses a fazer em Cabo Frio o contrabando de pau-brasil. Um certo Toussaint Gurgel foi apanhado em flagrante e preso por João de Sousa Pereira Botafogo. Gurgel fixou residência nesta cidade. Residia na rua do Gadelha (Ouvidor) do lado direito, acima do beco de Francisco Barreto (hoje das Cancellas) com fundos para a rua de Domingos Manuel (Rosário). Faleceu antes de 1631. Fora casado com D. Domingas de Arão Amaral. Teve muitos descendentes, que se espalharam por vários pontos do Brasil”(22).

- 
21. Heitor Gurgel, «Uma Família Carioca do Século XVI» 27, trabalho valioso que nos dá a conhecer Toussaint em sua vida, valor e intimidade.
  22. Afrânio Peixoto, «A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro», publicação n.º 10 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

43

Gurgel, como francês e como fidalgo, transmitiu brasão de armas a seus descendentes; assim, deveria ter em França família conhecida. Buscando identidade de nomes e de armas, demos em Rieststap, prancha LXXVI, com os de Gourgues que ostentam em campo azul um leão de ouro, estirpe também registrada por de La Chenaye-Desbois et Bardier em seu "Dictionnaire de La Noblesse", com os componentes Dominique de Gourgues falecido em 1593(23) notável em feitos de guerra marítima; Marc-Antoine de Gourgues, Armand-Guillaume-François de Gourgues, todos com o símbolo de sua família, "d'azur, ao lion d'or, armé et lampassé de gueles".

E o nosso Gurgel, o Francês, com seu leão por armas, seria de um ramo da estirpe dos de Gourgues, apelido que, pela impossibilidade de pronúncia perfeita pelo povo, derivou para Gurgel, tendo passado pelas formas aportuguesadas de Gurgué (com é aberto) Gurgé e, finalmente, Gurgel, talvez concorde com o desejo do portador do nome, pois muitos nobres, então, procuravam esconder sua origem, na época e na terra da promiscuidade, pela sobrevivência e enriquecimento. Se Gurgel fosse o seu primitivo nome, a pronúncia francesa o teria transformado em Guirgel e não em Gurgel que deveria ter a raiz Gour, como indica o relato de Heitor Gurgel(24) sobre Aires Joaquim do Amaral, do ramo de Moçambique, que, ao se casar com a francesa Denise Rogierre, mudou a grafia do seu apelido para Gourgelt, assim como o inconfidente Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, exilado ainda em Moçambique, onde chegou em 1792, lá deixando descendentes de apelido "Gourgel". Com outra aparente origem, não se identificam brasão e apelido conjuntamente.

Sanches de Baena(25) dá início à família Gurgel em Cláudio Gurgel, dizendo que, pelo seu irmão José, passou ao Brasil. Inversamente deve ser historiada, pois se formou no Brasil com origem francesa e depois passou a Portugal; no Brasil cresceu, espalhou-se, engrandeceu-se para ter hoje eminentes figuras de projeção das mais ilustres na vida do País.

Não caberia em nosso trabalho maior desenvolvimento na descendência do casal-tronco Amaral Gurgel, trabalho genealógico que se tornaria vastíssimo, já que esta família alongou seus ramos por todo o Brasil, com brilho invulgar de muitos deles;

23. Enciclopédia e Dicionário Internacional, IX 5253, diz que Domingos de Gourgue navegante francês do século XVI, nasceu em 1530, foi grande navegador com expedição na recoquista da Flórida. É também citado no Larousse, século XX, III 835.

24. Heitor Gurgel, ob. cit. 101.

25. Visconde de Sanches de Baena, «Arquivo Heráldico-Cenealógico» LXXXIV.

Amaral Gurgel espalhou-se pelo País e hoje, com surpresa, vamos encontrá-lo onde menos esperamos registrar seus descendentes.

Pequena referência permite aquilatar o vigor desta estirpe nascida do casal Toussaint-Domingas; segundo autores e as cartas de brasão que citamos, foram suas filhas: Mécia de Arão Gurgel, casada com José Nunes da Silva; Ângela de Arão do Amaral, casada com João Batista Jordão; e Antônia do Amaral, casada com João de Azevedo Rocha. Mas as obras de Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz, precedidas de buscas, nos facultam os nomes de seis filhas e um filho que se fez padre; das filhas ficou numerosa descendência, perpetuando, mesmo pelas linhas femininas, os apelidos de Amaral Gurgel.

### AMARAL GURGEL

Amaral Gurgel é nome que se gravou no berço do Rio de Janeiro; seu signo de família transpos umbrais da casa paterna para se espalhar pelo Brasil, buscar longínquas paragens onde se repetisse o eco de sua grandeza e firmasse pendões de patriotismo, de benemerência, de talento, de cultura e de civilização; engrandecido nas praias maravilhosas da Guanabara, passou a São Paulo com Bento do Amaral da Silva, filho de José Nunes da Silva e de Mécia de Arão Gurgel; neto paterno de Antônio Nunes da Silva e de Maria Jordão; neto materno de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, por quem foi bisneto de Antônio Diogo do Amaral e de Micaela de Jesus de Arão.

Como eram os velhos hábitos das preocupações genealógicas, os apelidos mais nobres prevaesciam na descendência sem cogitação das linhas masculina ou feminina, uma vez que a legislação portuguesa as considerava com os mesmos direitos para transmissão da nobreza. Dos troncos citados, perpetuaram-se os apelidos Gurgel e Amaral, com alguma repetição de Arão, numa afirmativa incontestada do valor nobiliárquico deles, multiplicados e espalhados pela descendência que os elevou, especialmente os dois primeiros apelidos, a altos níveis entre as famílias brasileiras.

Dos Gurgéis, já tratamos antes; Amaral é nome de tradição da gente de Portugal, sempre a elevar os seus portadores de linha legítima; mas o bisavô de Bento do Amaral da Silva, Antônio Diogo do Amaral, era casado com Dona Micaela de Jesus de Arão. Este último apelido, de Arão, foi objeto de várias conjecturas dos genealogistas do Rio de Janeiro, Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz. O primeiro, Heitor Gurgel, perde-se em indagações sobre a origem do nome, se Daran não provém de um parentesco com Nicolau Durand(26).

26. Heitor Gurgel, ob. cit. 33.

Não nos parece haver dúvida de que Daran e de Arão, significam estropiamentos do apelido *de Aran*; entendemos que o nome primitivo era de Aran, como disse o segundo Cláudio Gurgel do Amaral, procurador da cidade de Lisboa, que era letrado(27); nome de família que teria sido adquirido de propriedade situada em vale espanhol, na fronteira da França, região que tem o nome Aran. O apelido de família se tornou de Aran e, aportuguesando-se, d'Aran, Daran e de Arão, usando os escrivães dos assentamentos, ora uma forma, ora outra, em igualdade de transformações sofridas por outros nomes como de Antas que passou a d'Antas e Dantas. Tendo Micaela de Jesus de Arão uma possível origem vizinha da França, seria este um motivo para atrair Toussaint e, a nosso ver, sem nenhum parentesco com Durand e com outros invasores do Rio de Janeiro.

Bento do Amaral da Silva, depois de enriquecer mineirando ouro, fixou-se em São Paulo. Sobre ele pesou uma acusação injusta de Pedro Taques, avô materno do genealogista homônimo, acusação que não prevaleceu, pois teria Bento do Amaral obtido reparação que o beneficiou em seguida, isto em face das apreciações deixadas por historiadores de mérito, que não lhe regatearam elogios. Tais acusações teriam sido baseadas na singularidade do nome Bento do Amaral, usado multiplicadamente na família, com pequenas diferenciações, muitas vezes esquecidas. Bento do Amaral da Silva e seu irmão Francisco do Amaral Gurgel, eram primos de outros dois irmãos, Bento do Amaral Coutinho e Francisco do Amaral Coutinho.

Pedro Calmon ensina que Bento do Amaral Coutinho é o Bento do Capão da Traição e o herói contra os franceses(28). Em sua recente obra, Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, discorrem afirmando: "os numerosos documentos, inclusive o registro de Cartas de 1700 a 1712, do Arquivo Ultramarino, consultado anos a fio, exaustivamente, pelo criterioso historiador S. Suanes para escrever sua alentada obra OS EMBOABAS, dizem a "una voce" que o indigitado autor da lendária mortandade (o adjetivo é nosso) do Capão da Traição, chamava-se Bento do Amaral Coutinho, o mesmo que depois ajudou a defender o Rio de Janeiro dos franceses invasores. Além de Suanes, os historiadores João Ribeiro, Rocha Pombo, Manuel Galant, Jonatas Serrano e o Barão do Rio Branco, entre outros, afirmam que o autor da

---

27. Luísa da Fonseca, «Bacharéis Brasileiros» em Anais do IV Congresso de História Nacional, XI 175, informa que Cláudio Gurgel do Amaral, «em requerimento datado de Lisboa, 8 de fevereiro de 1706, pretende o ofício de Procurador da cidade de Lisboa, e declara ser sua avó materna Ângela de Aran do Amaral.

28. Pedro Calmon, «História do Brasil» III 990 nota.

CMP 2.1.9.117-6  
46

chacina e o defensor do Rio de Janeiro foram uma única pessoa e que se chamou Bento do Amaral Coutinho”(29).

Bento do Amaral da Silva se casou e se fez tronco dos Amaraís Gurgéis paulistas que se espalharam pelo Estado, a começar pela Capital, por Itu, de onde procuraram as terras novas de Campinas que adolescência. Como em outros locais, souberam continuar o nome herdado. Para Frei Adalberto Ortmann OFM, ao historiar a “Capela de São Francisco em São Paulo”, era o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva, “político vigoroso e pertinaz”, insigne benfeitor do convento de São Francisco, merecendo sepultura perpétua para si e seus descendentes na igreja conventual, do cruzeiro para dentro, debaixo da lâmpada”, tronco ilustre dos Amaraís Gurgéis paulistas”, que se “filhou à Ordem Terceira no fim da vida, nela professando com sua mulher Escolástica de Godói, no dia de Santa Rosa de Viterbo, 4 de outubro de 1714”. E este mesmo autor reproduz afirmativa de Diogo de Vasconcelos para quem “o ouvidor geral interino da capitania de São Paulo foi o descobridor das minas de Caeté”(30).

Para Pedro Taques, o fidalgo genealogista de São Paulo, neto homônimo do acusador de Bento do Amaral da Silva, era o sargento-mor “natural do Rio de Janeiro, da nobre família dos Amaraís Gurgéis daquela capitania, onde sua distinção e nobreza é assaz conhecida, e continua a sua descendência em avultadas casas e senhores de engenho da dita cidade”. “Foi o ouvidor e corregedor da capitania de São Paulo, por ausência, do proprietário o desembargador João Saraiva de Carvalho. Teve grande tratamento igual ao fundo do seu cabedal. A sua casa foi servida com numerosa escravatura, criados mulatos, todos calçados, bons cavalos de estrebaria, ricos jaezes, excelentes móveis de prata e ouro e sendo bastantemente avultadas as baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas. Tinha passado às Minas-Gerais no princípio da grandeza e fertilidade do seu descobrimento, e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal, que soube empregar em fazendas de cultura para o tratamento que teve de pessoa tão distinta. A sua fazenda foi no sítio de Embuçava, margens entre os rios Tietê e Pinheiros”(31).

29. Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, «Parati, Caminhos do Ouro» 33 e 34.
30. Frei Adalberto Ortmann F.O.M., «História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo na 16.ª publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 161.
31. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, «Nobiliarquia Paulistana», na Revista do Instituto Histórico Brasileiro XXXII 257.

De Bento do Amaral da Silva, diz Azevedo Marques: "natural do Rio de Janeiro e morador em São Paulo, filho do Coronel José Nunes do Amaral(32) e de Dona Mécia de Arão Gurgel, foi cidadão muito considerado por suas excelentes qualidades e pela notável fortuna que adquiriu nas Minas Gerais, onde residiu alguns anos. Em São Paulo exerceu lugares importantes, como os de Juiz, ouvidor e corregedor, por mais de uma vez. Retirando-se depois à vida privada, estabeleceu a rica fazenda denominada Emboaçava nas margens entre os rios Tietê e Pinheiros"(33).

Enquanto Silva Leme na sua monumental obra genealógica repete que Bento do Amaral da Silva "tinha passado às Minas Gerais no princípio da grandeza e fertilidade de seu descobrimento e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal que soube empregar em fazendas de cultura para tratamento que teve de pessoa tão distinta"(34), Afonso d'Escragnole Taunay o inclui entre os "povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração no território das Minas Gerais"(35).

Como residência, mais de uma casa possuía o sargento-mor; a de São Paulo, localizada à frente da igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, na rua deste nome, era de taipa de pilão como as boas construções da época, de dois lanços(36),

32. Seu nome exato era José Nunes da Silva; veja Carlos G. Rheingantz, ob. cit. 368 e Heitor Gurgel, «Uma Família Carioca do Século XVI», 66.
33. Manuel Eufráσιο de Azevedo Marques, «Apontamentos da Província de São Paulo» I 60.
34. Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. VI 122.
35. Afonso d'Escragnole Taunay, «História das Bandeiras Paulistas» I 223.
36. Não é possível aceitar, para documentos de séculos passados, a palavra lanço como seções internas de uma casa, separadas por um corredor. São freqüentes em velhos inventários, as casas com dois lanços, sendo um assobradado, o que quer dizer que um tinha seu piso de assoalho acima do solo, e outro de terra pilada. É encontrado o imóvel de dois lanços, como reproduzimos no texto, «sendo um de sobrado com duas camarinhas», o que quer dizer que o primeiro corpo da casa tinha assoalho e, como andar superior, duas câmaras; além deste corpo ou lanço, o segundo lanço ou corpo com os cômodos de serviço. O inventário de bens de Bartolomeu de Quadros, de 1649, mostra a descrição de imóvel confirmando nossa interpretação: casa de Parnaíba com dois lanços, e «seus corredores» (no plural); «umas casas de sobrado de dois lanços e seus corredores e mais um lanço de casa terreira» (Arquivo do Estado), e a casa de três lanços no inventário de Cornélio de Arzão, falecido em 1638. Aluísio de Almeida usa, dentro de nosso modo de entender, o vocábulo lanço, quando se refere a um puxado, nestas palavras: «foram derrubados o lanço da cozinha e o muro do poente» (História de Sorocaba» 240). Conclui-se que a palavra lanço, quando designa qualidade de uma construção, aposta em muitíssimos inventários que temos tido em mãos, só pode significar extensão diferenciada por algum característico: primitivamente as casas se constituíam de um

sendo um de sobrado com duas camarinhas(36-A), corredor, salas e demais cômodos, vasto quintal até a rua dos fundos, murado também de taipa e divisando com o capitão Amador Bueno da Veiga e Isabel Pedroso. Na fazenda do Emboaçava(37), entre os rios Tietê e Pinheiros, possuía sua casa rural(38) com capela, altar e pedra d'ara, muitas imagens de santos de sua devoção, propriedade incluída, ao falecer o sargento-mor, na meação da viúva que dela continuou usufruindo até finar-se aos 6 de novembro de 1736 (39).

Seu mobiliário era faustoso na simplicidade da vida paulista do século dezessete e alvorecer do século dezoito: salas com bufetes de jacarandá, com pés torneados, molduras e gavetas; doze tamboretetes(40), ou cadeiras, de couro lavrado, de pregaduras e maçanetas douradas, ostentando nos espaldares os braços

---

só corpo (casa do Bandeirante), exigindo apenas um telhado de duas ou quatro águas; eram de um só lanço e não dispunham de cozinha, mas de uma varanda aberta, ou alpendrada, ou alpendre. Posteriormente, passou-se a construir um adicional (no século vinte chamado puxado) com menor pé-direito, com telhado próprio e com parede em continuação, constituindo o segundo lanço. Esta interpretação está em dicionário arcaico de Frei Domingos Vieira, em dicionários modernos também, como «extensão do pano de muro, da parede, do entrincheiramento»; «seção de uma estrada», de um muro, «extensão», «parte de uma escada compreendida entre dois patamares», como entendemos significar a palavra lanço em velhos documentos. A última edição do dicionário de Antenor Nascentes, edição de Bloch, registra o significado moderno, mas contraditoriamente acrescenta: «a palavra é de verbal (regressivo de um verbo) de lançar. E, dizemos, se é de verbal de lançar, dois lanços significam dois atos de lançar, dois movimentos, duas realizações, como significava em séculos passados.

- 36-A É indispensável não confundir «camarinha» com «alcova». Camarinha era cômodo de um pequeno andar superior sobre um grande andar térreo, ou antes, inferior, como se pode ver em meu livro «Campinas, seu Berço e Juventude», figuras 18 e 19 na página 183, e em Belmonte, «No Tempo dos Bandeirantes», página 48. Alcova era um pequeno cômodo, ou, comumente, cômodos, no fundo de um cômodo grande, como está no meu citado livro, figura 8 da página 91, em dois cômodos de frente. Embora não se encontrem tais distinções em dicionários modernos ou arcaicos, o uso das duas palavras tinha a diferenciação acima exposta, encontrada em documentação numerosa.
37. José Jacinto Ribeiro, «Cronologia Paulistana» I 677.
38. Nunca encontramos a expressão «casa grande» para designar a casa sede da fazenda ou engenho, nas regiões paulistas. Tais casas, entre nós eram, e ainda são entre gente mais conservadora, chamadas «sobrados» por serem, geralmente, as únicas de assoalho, enquanto as demais só dispunham de pisos de terra socada.
39. Arquivo Público do Estado, inventários.
40. Frei Domingos Vieira, «Tesouro da Língua Portuguesa» V 671: «tamboretetes — cadeira rasa sem braços; tem espaldar a diferença dos mochos que são rasos, de braços e espaldares».

d'armas do rico senhor; caixas de vinhático com gavetas e fechaduras com guarnições; outros bufetes, tudo feito na Bahia que era a capital do bom gosto e das manufaturas de requinte e luxo. Mais outros bufetes de jacarandá com gavetas, mais doze tamboretas, ou cadeiras, de couro lavrado, com espaldares também armoriados e de pregadura miúda "feitos na terra", o que quer dizer, feitos em São Paulo; outras caixas com fechaduras, toalhas de mesa de pano fino e guardanapos, coxins de damasco carmesin e veludo vermelho, cortinas de damasco vermelho forrado de tafetá amarelo com seus alamares, tapetes de Arraiolos e espelho com molduras de jacarandá.

Suas câmaras e alcovas não desmentiam a riqueza do fidalgo, com leitos de jacarandá torneados feitos na Bahia e com cortinados de primavera(41) "arrendados de prata"; colchas de damasco vermelho e ouro guarnecidas com tafetá, colchas de chamalote azul, lençóis de linho, colchões de lã e grandes almofadas arrendadas; catres de jacarandá torneado ou "feitos na terra" e toalhas "de água à mão arrendadas".

E todo este acervo de móveis, tinha seu modelo em Portugal, era mobiliário português do século dezessete, como ensinava Wasth Rodrigues: "entendemos que se pode dizer mobiliário luso-brasileiro, mas não estilo luso-brasileiro, à semelhança de estilo indo-português, uma vez que não houve no Brasil uma contribuição equivalente à da Índia. O estilo português foi adotado no Brasil com a máxima fidelidade, poucas peças existindo entre nós que não tenham irmã gêmea em Portugal". "Dominava então em Portugal a cadeira com espaldar e assento de sola lavrada, a mesa de grossos torneados, os contadores de molduras tremidas ou de ornamentação indiana, as caixas ou arcas já com guarnições de tremidos e bela ferragem recortada e vazada à maneira mudéjar ou em desenho oriental"(42).

Para a esposa tinha Bento do Amaral o palanquim(43) pintado, guarnecido de cortinas de seda vermelha forradas de tafetá carmesim com seus alamares, palanquim em uso até a morte da viúva. Todo o luxo continuava no guarda-roupa do sar-

41. Frei Domingos Vieira, ob. cit. V 925: «primavera — certo pano de seda, folhagens e matizes».

42. J. Wasth Rodrigues, «Mobiliário do Brasil Antigo» 19 e 21.

43. Frei Domingos Vieira, ob. cit. IV 632: «palanquim — rede suspensa em um varal por duas pontas, na qual vai alguém sentado ou deitado; sobre o varal corre um sobreceú com cortinas que cobrem a pessoa que nela vai». Deste, uma evolução para a cadeirinha, conservando o nome de palanquim, se compunha de uma rótula, ou teto adornado no qual se fixavam os dois varais para assentarem nos ombros dos carregadores; da rótula pendia uma grande cortina. Chamavam-na, também, serpentina. Veja Tomás Ender, «O Velho Rio de Janeiro» 49 e 157.

gento-mor fidalgo, com casaca de veludo forrada de primavera azul com ramos brancos e calça de veludo; véstia(44) de brocado branco guarnecida de ouro; casaca de pano pardo; capa, casaca e calça com véstia de seda; capa, calça e véstia de seda, tudo com golas de ouro; e mais adornos sem faltar a cabeleira de estilo e a espada de punho de prata.

Muito ouro, muita prataria, vários imóveis rurais, armas, numerosa escravatura e criados, "todos calçados", peças de administração(45) animais cavallares com ricos jaezes e numerosas éguas de criar, muares, gado vacum, inúmeras dívidas ativas e nenhuma passiva, compunham sua vultosa fortuna, verdadeira fábula para a pacata cidadezinha que era a modesta São Paulo.

### TAMBORETES, BUFETES E TAPEÇARIAS

Com duas dúzias de tamboretas, como se descreve no inventário, notamos nos seus arrolamentos a falta de cadeiras. Não as possuiria o rico ouvidor geral? Por algum tempo percorremos a literatura histórica sobre nossa vida nos séculos dezessete e dezoito, mas só novas leituras do próprio inventário chegaram a nos fazer duvidar do significado do termo tamborete, parecendo-nos estranho que homem tão rico não possuísse cadeiras e usasse em sua casa vinte e quatro tamboretas, designação que se poderia aplicar a pequenos bancos como hoje se designam, mas que no inventário vêm avaliados por altíssimo preço em confronto com outros valores da época. Mais uma estranheza está na descrição de doze tamboretas "com pregadura e maçanetas douradas".

Não estaria em nível da época o valor dado aos tamboretas na avaliação, se objetivasse pequenos assentos: os doze mais antigos valiam, cada um, dois mil réis, e os mais novos quatro mil réis por unidade, isto em 1719. Tal observação se completa, comparando-se estes valores com os comentados por Afonso d'Escragnole Taunay, de bens deixados por Sebastião Fernandes do Rego, em 1740:

"magnífico mobiliário se descreve no rol compreendendo peças de primeira ordem, de altíssimo preço para o tempo". "Assim, por exemplo: Hua dúzia de cadeyras

44. Frei Domingos Vieira, ob. cit. V 925: «véstia — parte dos vestidos que cobre o tronco, com mangas ou sem elas; traz-se por debaixo da casaca». Antenor Nascentes, Dicionário da Academia Brasileira de Letras VI 1704, edição Bloch.

45. Índios que pela Carta Régia de 19-11-1616, não podiam ser escravizados e deviam ser administrados sob condições.

grandes de encosto de sola lavrada com pregão dourado em bom uso que foi vista e avaliada em três mil e duzentos réis”.(46).

Se em 1740, de “magnífico mobiliário”, “peças de primeira ordem”, eram cadeiras avaliadas em três mil e duzentos réis cada uma, como admitir pequenos bancos, em 1719, valendo dois e quatro mil réis cada um? Não resta dúvida de que cadeiras rasas de couro lavrado, sem braços, eram chamadas tamboretetes, como nos confirma um dicionarista. E valemo-nos de Frei Domingos Vieira, do seu “Tesouro da Língua Portuguesa”(47), utilizando seguramente o que pertence ao frade, uma vez que, à evidência, distingue-se-lhe a redação das letras adventícias, possibilitando o aproveitamento do seu saber de arcaísmos. Tamborete para este filólogo é “cadeira rasa, sem braços; tem espaldar à diferença dos mochos, que são rasos de braços e espaldares”. Podemos entender que o ouvidor usava, no luxo de sua casa, vinte e quatro cadeiras, ou “doze tamboretetes feitos na terra, com pregadura miúda e algum uso” e mais “doze tamboretetes feitos na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas”.

O maior uso das doze primeiras cadeiras “feitas na terra”, é evidente no desgaste da travessa horizontal anterior que servia de suporte para os pés de quem nelas se assentava, e ainda o maior desgaste no couro do assento, bem visível na figura 2. As doze cadeiras feitas na Bahia possuíam, conforme inventário, maçanetas douradas, desaparecidas e substituídas por botões de madeira de época, indiscutivelmente, menos afastada, como se constata em atento exame. Na forma já exposta, do tipo destas feitas na Bahia, não só o ouvidor as usava, pois nas coleções da Cúria Metropolitana de São Paulo e do Museu Paulista, encontramos mais outras, de idêntico estilo e época, brasonadas ou não, do luxo contemporâneo.

Deixando os tamboretetes pelos bufetes (ou bofetes como diziam os avaliadores de antanho) podemos registrar o que, ainda vigoroso nos seus noventa anos de idade, contava o nosso parente Roberto de Campos Bicudo, de seu avô e nosso bisavô, Pedro de Mello e Sousa, fazendeiro em Indaiatuba, falecido em 1899, para quem se não usava habitualmente o vocábulo mesa; em sua casa só havia bufetes, o que indica a generalização do nome às mesas comuns de hoje; no inventário de D. Maria Pacheco de Sousa Meneses, ou “Maria Pacheca”, em 1767, foram avaliados “bofetes redondos”.

46. Afonso d'Escagnole Tauany, «Ensaio da História Paulistana» em Anais do Museu Paulista X 163.

47. Veja nota 40.

Mas, vinha este nome de dois e mais séculos passados, quando tais móveis se caracterizavam pelos torneados e tremidos; e o ouvidor os possuía finíssimos: um de “jacarandá, com quatro gavetas com fechaduras”, “de pés torneados e molduras”, de oito palmos de comprido, ou seja um metro e setenta e seis centímetros, feito na Bahia e avaliado por 25\$000; outro também de jacarandá, de sete palmos de comprido, ou um metro e cinqüenta e quatro centímetros, com duas gavetas; um terceiro ainda de jacarandá e com duas gavetas e igual comprimento de um metro e cinqüenta e quatro centímetros, e, finalmente, mais um bufete de jacarandá do qual não encontramos descrição detalhada. Para tais bufetes, tinha as “toalhas de mesa de pano fino”.

“O bufete, que é uma mesa de mais amplas proporções, constitui também uma peça muito interessante. A forma é a retangular, as dimensões são duplas das de uma mesa ordinária. Os tremidos dominam na caixa; fazendo-se notar, dessa forma, no rebordo da tampa e nos espelhos e molduras das gavetas”, “com seis e oito pernas primorosamente trabalhadas”(48).

É o que sobre este móvel nos ensina Adolfo Morales de Los Rios Filho. E Alexandre Herculano, o grande clássico e historiador português, confirma a terminologia da época neste relato elegante:

“Em uma quadra das que serviam de aposentos reais no mosteiro da Batalha, à roda de um bufete de carvalho de lavor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma espécie de escabeles, que pelos topos se embebia neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor já tratou nos antecedentes capítulos. Eram D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane. El-rei estava à cabeceira da mesa e no topo fronteiro o prior, tendo à sua direita Frei Joane”. “Em cima do bufete estava estendido um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos circunstantes se fitavam”(49).

Percorrendo inventários contemporâneos ao sargento-mor ouvidor, e anteriores, raramente encontramos referências a mesas. Sobram, entretanto, as toalhas “de mesa”, as “sobre-mesas”

48. Adolfo Morales de los Rios Filho, «Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira» 79 e 82.

49. Alexandre Herculano, «Lendas e Narrativas» I 276 — 13.<sup>a</sup> edição.

que eram também cobertas de mesas, e os bufetes comuns nos usos seiscentistas e século seguinte(50).

Com referência aos tapetes de Arraiolos, adornos luxuosos e caros do potentado paulista, é Júlio Dantas quem nos esclarece para fazermos juízo sobre os que possuía o ouvidor:

“A curiosa exposição do Carmo, veio, ainda uma vez, chamar a atenção dos arqueólogos”. “Estão ali representadas todas as épocas e todas as formas da produção tapeceira de Arraiolos: os primitivos tapetes de sobre-arca da indústria caseira do século XVII, floridos de motivos ingênuos e populares; as suntuosas peças eruditas de 1700, de caráter acentuadamente persa”(51).

#### AS CADEIRAS DO OUVIDOR

Pelo início do século, havia em casa de antiga família paulista uma cadeira diferente do mobiliário, (fig. 2) toda de couro, assento e espaldar inteiriços, lavrados com desenho e folhagens, impressionando a curiosidade infantil pelas suas características próprias. As “pessoas grandes” da casa ensinavam, e exigiam mesmo, respeitoso cuidado ao móvel vetusto; tinha sido de avoengos e constituía venerável tradição de família; havia transcorrido vidas de vários possuidores, todos da mesma estirpe, para ser ali estimada em casa patriarcal cujo chefe mantinha ilibados os dotes de caráter e dignidade, herdados dos seus maiores e por ele cultivados na aspiração de transmitir aos seus descendentes o próprio “de puritate sanguinis”, indissolivelmente ligado, para a perpetuidade, à pureza dos princípios morais. Era uma das cadeiras do ouvidor que hoje já tem percorrido sete gerações e maior número de possuidores, ostentando, em nobre espaldar, o mais antigo exemplar armórico dos Amarais Gurgéis do São Paulo Capitania, lavrado na riqueza de folhagens e arabescos com arte e maestria, em solado próprio, para a perpetuação do símbolo da família, ora espalhada por todo o Brasil com feitos históricos, realizações beneméritas, lauréis de ciência e louros acadêmicos, sublimação religiosa, lustre dos mais caros entre as velhas e grandes famílias brasileiras.

A cadeira, cognominada, entre familiares, “cadeira do Ouvidor” pela sua origem, ou “cadeira do Padre Melchior”, é puro século dezessete: a parte de madeira, de jacarandá, foi aparelhada a enxó, o que indica ter sido feita onde a marcenaria se aperfei-

50. José de Barros Barreto — Belmonte, «No Tempo dos Bandeirantes» 86.

51. Júlio Dantas, «Os Galos de Apolo» 189, 2.<sup>a</sup> milhar.

goara, na época, como muitas artes, pelo profundo amor ao trabalho pelo próprio trabalho, pela dedicação do artífice que punha toda a alma na sua obra, lutando, porém, com a indigência de ferramentas apropriadas e aperfeiçoadas.

As peças da cadeira, encaixadas e que se seguram com as tradicionais cavilhas, são simples e lisas como permitiam os recursos locais, constituindo o arcabouço destinado a suportar o couro lavrado no qual se concentrou o gosto artístico e toda a decoração do móvel. O assento e espaldar de couro lavrado, com tachas douradas, se a parte de madeira é uma armação lisa, são eles de fino labor de artista hábil, trabalhados com arte e exuberância de graciosos detalhes que pela generalização vieram empolgar a sensibilidade artística dos habitantes de Portugal e de suas províncias de ultramar. Era uma das cadeiras "feitas na terra com pregadura miúda e algum uso" ou um dos tamboretetes, como disseram os louvados no inventário.

O couro lavrado desta cadeira, pela perfeição e bom gosto, afigura obra do Reino; seria, então, apuramento do maior luxo exibido no Brasil. Porém, em São Paulo, em meados do seiscentismo, já havia produção de tais obras de arte, como nos conta Taunay, citando o inventário de Pedro Fernandes, processado em 1653:

"diz o arrolamento de sua oficina que aplicava arrumações de cadeiras de estado, dispondo de instrumentos, numerosos e variados, para a lavragem dos respetivos couros"(52).

O luxo das peças feitas em São Paulo daria lugar a maior luxo nos móveis feitos na Bahia, como também em suas casas usava o rico filho do "poverello" de Assis. E da documentação aqui citada apuramos que duas eram as mobílias de sala do sargento-mor ouvidor, compostas, cada uma, de doze cadeiras de couro, ou tamboretetes na linguagem da época. Doze feitas na Bahia "com pregadura e maçanetas douradas" e "doze feitas na terra com pregadura miúda e algum uso". Destas doze "feitas na terra", já descritas, existem duas; seu trabalho em couro, muito perfeito, é de mais gosto, porém menos delicado que as doze feitas na Bahia cuja lavragem é de labor finíssimo; são mais amplas nos seus assentos, de espaldares baixos também brasonados, diferindo das primeiras, especialmente na menor altura dos encostos e nas dimensões que se avantajam em largura e profundidade, início de uma tendência característica das

52. Afonso d'Escagnole Taunay, «Bibliotecas Seiscentistas Particulares em São Paulo», na Revista de Filologia e de História II 21.

cadeiras do tempo de D. João V e, portanto, na época, mais modernas que as suas congêneres paulistanas. (Fig. 4).

Todas as cadeiras ostentam os brasões d'armas dos Amarais Gurgéis, como se um só modelo tivesse servido aos diferentes artistas quando gravaram a pala dos Gurgéis, dando esta circunstância um consolidado valor probante aos documentos armóricos que tais móveis significam. O brasão de Amaral gravado erradamente (só pela metade) na mobília "feita na terra", foi corrigido na de confecção baiana, com os seis crescentes.

A existência hoje destas cadeiras do Sargento-mor Bento do Amaral da Silva, deve-se a cuidados de particulares em cujas mãos se conservam duas das feitas na terra; uma, feita na Bahia, pertence ao acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, todas identificáveis pelos detalhes descritos no processo de inventário, e pelo brasão gravado no espaldar, sendo que as "feitas na terra" nunca deixaram a propriedade de descendentes do Sargento-mor Ouvidor.

#### A HERÁLDICA DAS CADEIRAS

A heráldica portuguesa, esplendente nos reinados de Dom João III e de Dom Manuel, e sempre na finalidade de simbolizar a nobreza, atravessou anos e gerações, da ostentação dos torneios de outras eras, a brilhar em portadas e mobiliários com efeito decorativo que se enriquecia na opulência dos atributos armóricos, para nos dar preciosos documentos de arte e simbologia. Dos poucos móveis do seiscentismo, chegados até nós, impressiona a proporção das peças brasonadas, indicando, bem claramente, como já dissemos, o cuidado dos nobres em representar suas origens com a reprodução armórica. Então, já enriquecidos ramos cadetes de famílias nobres, que sem fortuna haviam deixado os seus lares europeus, geralmente território do glorioso Portugal, estadeavam o seu luxo adornando suas moradas com o uso de símbolos heráldicos gravados como nos saudosos solares paternos de tradição e nobreza. Assim, peças armoriadas do seiscentismo, atestando o fausto de casas nobres, enriquecem uma história familiar e centralizam relatos que, de avós em avós, chegam a nossos tempos (Fig. 2 e 4).

Ao fazer a leitura do brasão estampado (figs. 3 e 5) nestes móveis seculares, damos com o escudo partido para a perpetuidade de símbolos de duas estirpes: 1.º o dos Gurgéis, 2.º o dos Amarais, disposições que representam ou a varolinidade ou a importância da ascendência(53). Das armas dos Amarais repro-

53. Conde de São Paio (Dom Antônio), «A Heráldica Portuguesa» em anais de Primer Congresso de Genealogia y Heraldica 132.

duzidas só pela metade na mobília paulista, erro comum de artistas antigos que executavam a partição do escudo estendendo-a ao brasão a ser reproduzido, nada temos a dizer, sem embargo da curiosa forma dos crescentes invertidos e com pitorescos perfis humanos da velha e ingênua representação gráfica das meias luas. A iconografia do brasão dos Gurgéis, porém, exige alguma explanação, mesmo por ser a heráldica pouco versada em nosso país.

A principal figura do brasão de Gurgel é o leão rampante, contrariando armoriais luso-brasileiros que a indicam como leopardo passante. E nenhuma dúvida oferecem os desenhos, nenhuma confusão possível com um leopardo, figuras distintas de forma inconcursa na universal legislação heráldica.

Em Portugal e, portanto, no Brasil, pela palavra abalizada de Armando de Matos, se esclarece que leão “não se representa de frente, mas de perfil, seja qual for a posição que tomar enquanto leopardo sempre se representa com a cabeça de frente”(54).

Em França, para onde ainda vamos voltar a nossa atenção, P. B. Gheusi ensina que “le léopard est un lion modifié en quelques — uns de ses attributs essentiels. Il a toujours la tête de face et laisse pendre sa langue sur la lèvre inférieure, n'en relevant légèrement que a pointe”, enquanto dá para o leão, como característico imutável, la tête de profil”(55).

Da mesma procedência, Gourdon de Genouillac nos afirma que “le lion n'est représenté de que profil — le léopard de face”(56), como também proclamam de Lausanne os heraldistas Galbreath e de Vevey: “un lion ayant la tête tournée de face s'appelle un léopard”(57).

Pela origem dos Gurgéis, à qual já nos referimos, citamos primeiramente especialistas franceses, sem desdenhar os espanhóis que na mesma trilha seguem com suas afirmações em palavras de Alberto y Arturo Carraffa: “los leopardos se diferencian de los leones en tres cosas esenciales” — “en que los leopardos tienen la cabeza de frente, mostrando los dos ojos, en lugar de uno como los leones que la tienen de perfil”(58). E ainda em palavras de A. de Armengol X. de Pereira: “es de notar que en blason los leopardos se ponen con la cabeza siempre de frente, viendoseles los dos ojos, a diferencia de los leones, que se colocan de perfil, mostrando solo un ojo”(59).

54. Armando de Matos, «Brasonário de Portugal».

55. P. B. Gheusi, «Le Blason Héraldique» 116.

56. H. Gourdon de Genouillac, «Gramaire Héraldique 42».

57. D. L. Galbreath et H. de Vevey, «Manuel d'Héraldique» 66.

58. Alberto y Arturo Garcia Carraffa, «Enciclopédia Heraldica Y Genealogica Hispano-Americana» I 57.

59. A. de Armengol y de Pereira, «Heráldica» 80.

Mesmo na heráldica inglesa que difere das latinas, a distinção entre leão e leopardo tem os mesmos característicos, dizendo-se que o leopardo "c'est tout simplement un lion don la tête est tarée de face", como afirma A. Guerin-Segueir(60) apoiado por Iain Moncreiffe e Don Pottinger que dizem: "lions guardant (looking towards you) become leopards"(61).

Questão inteiramente fora de qualquer controvérsia, não admitiria dúvidas na leitura do brasão das cadeiras cujo desenho reproduz o leão de perfil e ainda, com meridiana clareza, linguado em traços indeléveis.

Rampante é o leão das cadeiras, no ensinar de Santos Ferreira, "firmado nas patas traseiras, tendo as dianteiras levantadas na direção do ângulo direto do chefe"(62); acompanham-no as "jumelles" em banda, peça que se não encontra na armaria portuguesa (gêminas), mas usada em França e na Espanha (gêmelas). Os Brueys de Saint-André, velha família francesa, trazem-na em seu brasão que se assemelha, pelas figuras, às armas dos Gurgéis reproduzidas nas cadeiras, "d'or au lion de gueules (la queue ne leopardée) armé et lampassé de sable, une jumelle d'argent remplie d'azur brochante, ambrassé des deux pattes devant du lion".

Os velhos móveis nos dão o leão, as "jumelles" ou gêminas e, em chefe, a flor de lis, o formoso ornamento de Luís VII de França, largamente reproduzido com muito encanto na heráldica de países latinos.

Como diz Santos Ferreira, "a flor de lis também tem sido usada como diferença, quer de per si, quer sobre a brica". E falando das diferenças, acrescenta que "a mais comum é, sem dúvida, a brica"; "seguem-se-lhe a almofada ou coxim, o anel, o cardo, o cisne, o crescente, a estrela, o ferrão, a flor de lis", "colocadas na primeira quarta parte do primeiro cantão do escudo que é o seu lugar clássico, mas se este lugar está ocupado por outra peça, coloca-se a diferença no meio do chefe"(63).

Mais nos esclarece o Conde de São Payo (Dom Antônio) em sua brilhante comunicação ao Congresso de Heráldica e Genealogia Nobiliárquica, quando afirma ser a diferença "geralmente escolhida entre o trifólio, o quadrifólio, o farpão, o crescente, a estrela, a flor de lis" colocada, ou no canto esquerdo do chefe, ou no centro do chefe caso chocasse com alguma peça

60. A. de Guerin-Segueir, «Précis d'Héraldique Britanique» na Revista do Instituto Heráldico e Genealógico IX 339.

61. Iain Moncreiffe & Don Pottinger, «Simple Heraldry» 54.

62. L. G. dos Santos Ferreira, «Armorial Português» II 103.

63. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 64 e 87.

já la existente, ou ficasse prejudicada a estética do brasão”(64) (o grifo é nosso).

Que a flor de lis do brasão das cadeiras seja uma diferença, não é absurdo admitir-se. A origem da família é francesa, é da pátria da heráldica flor de lis; outros membros da família, como Cláudio Gurgel do Amaral, requerendo e obtendo armas em 1705, quando a heráldica portuguesa ainda não registrara armas dos Gurgéis, obteve as dos Amarais tendo por diferença “uma meia brica sanguinha com uma flor de lis de prata”, isto é, usando a mesma possível diferença usada no brasão do primo-irmão, o ouvidor Bento do Amaral da Silva.

Quanto ao significado das diferenças, quer a flor de lis do brasão das cadeiras, quer a da carta de Cláudio Gurgel, poder-se-ia concluir uma origem varonil para Gurgel e linha materna para Amaral, conforme o direito heráldico português e a colocação dos brasões nas cadeiras, pela sua época século dezesete, obedientes ao velho “Regimento da Armaria”.

Observando-se o elmo nas duas cadeiras, nós o vemos perfeitamente, aberto e com as guarnições certamente de ouro, da mais antiga até aos ombros da armadura. A abertura e as guarnições que atestam nobreza antiga nas figuras 3 e 5, documentam nossas afirmativas, assim como a identidade dos brasões do Império brasileiro — “em campo azul um leão rampante armado de goles” — com o brasão da família francesa — “d’azur, au lion d’or, armé et lampassé de gueles”.

#### GURGEL NOS ARMORIAIS PORTUGUESES

Conforme as cartas adiante citadas, o brasão de Gurgel só entrou para a armaria portuguesa em 1769, registrado pelo Rei de Armas Portugal; seu uso, entretanto, documentadamente datava de um século atrás ou de maior tempo, pois já havia dois séculos que os Gurgéis estavam estabelecidos como família luso-brasileira.

Sobre estas armas, recorrendo-se a brasonários portugueses, encontrar-se-á a imprecisão caracterizando as descrições dos tratadistas, como se faltasse, às afirmativas, segurança de conhecimento. Cronologicamente apelamos para Vilas Boas e Sampaio que, pela época do seu trabalho, não registra armas dos Gurgéis e Gorjões para só descrever as de Galhardos nestas palavras: “Dom João III as deu a Zuzarte Soares Galhardo no ano de 1529”, “em campo vermelho um leopardo passante e à ilharga da cabeça uma flor de lis do mesmo em chefe; timbre o mesmo leão”(65).

64. Conde de São Paio, ob. cit. 132.

65. Antônio de Vilas Boas e Sampaio, «Nobiliarquia Portuguesa» 283.

62

Enquanto este velho armorial nos dá um leopardo passante e por timbre o mesmo leão, Sanches de Baena, confirmando para Gurgel as armas de Gorjão, diz categoricamente: "em campo vermelho um leão de ouro(66) (não diz passante) com uma flor de lis do mesmo metal acima (e não à ilharga) da cabeça; timbre o mesmo leão. As figuras descritas por um e outro heraldista, entendem-se como passantes, por ser esta a sua habitual postura(67); mas fica-nos clara a divergência entre leopardo e leão no primeiro e leão no segundo; entre ilharga e acima da cabeça, expressão esta mais adequada e mais precisa a leão rampante, e aquela a passante.

Volvendo a Santos Ferreira, vemos em seu armorial descrição a nos dizer: "de vermelho, com um leopardo de ouro encimado por uma flor de lis do mesmo. Timbre — O leopardo do escudo"(68). No desenho seu, porém, da página 51, volume II, reproduz no timbre o leopardo diferente do leopardo do escudo, denotando imprecisão, como se hesitasse entre o leão e o leopardo, dúvida que se não reflete nos seus desenhos dos brasões de Damião Dias e de Ribeira, no mesmo armorial(69).

Ora, o que nós vemos nos mais antigos documentos heráldicos dos Gurgéis, as cadeiras seiscentistas aqui reproduzidas, anteriores ao registro destas armas e aos armoriais portugueses, é o leão rampante e "une jumelle", discordando da identificação destas armas com as de Gorjão e Galhardos, estas últimas concedidas em 1529, quando já existiam em uso as armas dos Gurgéis, mais antigas que as suas semelhantes portuguesas; convençemo-nos, assim, de terem os Gurgéis o leão rampante com as gêmeas entre as patas, e por diferença a flor de lis em chefe.

Robustece esta nossa convicção, uma outorga do Rei de Armas do Império, Luís Aleixo Boulanger, francês de nascimento, mais professor de desenho que heraldista, possivelmente autor de composições de mercês novas que muitas vezes eram apresentadas pelos próprios requerentes, outorga feita a um Gurgel. Em cartório da nossa nobreza imperial, aos 27 de setembro de 1856, livro VI, fls. 31, foram registradas armas de mercê nova ao comendador José Luís Campos do Amaral, também Gurgel(70); e

66. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. pág. LXXX.

67. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 125.

68. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. I 147.

69. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 40 e 94.

70. José Luís Campos do Amaral era fidalgo da Casa Imperial, coronel superior da Guarda Nacional, comendador da Ordem de Cristo, oficial da Ordem da Rosa; casado com Maria Joaquina Neves de Campos. Foi pai de Joaquim Mariano Campos do Amaral Gurgel (Almeida Nogueira, «Academia de Direito» VII 207), nascido em Parati, juiz municipal de órfãos, casado com Luisa de Almeida Gurgel; avô de Júlio Campos do Amaral Gurgel batizado em Parati aos

sendo mercê nova, não lhe poderia ser concedido o elmo de prata aberto guarnecido de ouro, como foi, o que, para nós, denota solução encontrada por Boulanger, em casos sucessórios de brasões, mas carecentes de documentação comprobatória de direito de sucessão (fig. 7).

As armas então concedidas são, exatamente, as gravadas nas velhas cadeiras aqui tratadas, "em campo azul um leão de ouro rampante, armado de goles e tendo nas mãos um caduceu de prata", modificadas, apenas, na troca das gêmeas pelo caduceu. Admitimos que o agraciado tenha se valido de algum exemplar de armas de seus antepassados, sem poder provar o seu direito à sucessão(71), conseguindo a mercê nova como solução. O mesmo se fez em concessões de armas dos Alvarengas de São Paulo, como discutimos em pequena tese publicada em 1973 (72). Aque-la mercê nova vem indicar os metais e os esmaltes do nosso móvel iconográfico e encaminhar os Gurgéis para um entroncamento de estirpe francesa, de igual brasão, pelo que já historiamos a origem desta gente.

#### CARTAS DE BRASÃO

A mais velha carta de brasão de Amaral concedida a um Amaral Gurgel, é a de Cláudio Gurgel do Amaral, datada de sete de abril de 1705, e consta da pública-forma passada por tabelião de Itu, aos 15 de novembro de 1851. Sobrinho do primeiro Cláudio, existiu o segundo Cláudio que foi procurador da cidade de Lisboa, e fidalgo da Casa Real; mas nos interessa o primeiro do nome, o que obteve a carta de brasão. Afrânio Peixoto, fundando-se em Vieira Fazenda, nos diz da vida deste primeiro Cláudio no Rio de Janeiro:

"Em 1682, sentou praça Cláudio do Amaral Gurgel, servindo até 86. Pelos governadores Pedro Gomes, Duarte Teixeira Chaves e João Furtado de Mendonça foi provido nos cargos de provedor da Coroa e Fazenda Real e pelo governador Sebastião de Castro Caldas, no de provedor da Fazenda Real, juiz da Alfândega e conta-

---

19-1-1862, tendo por padrinho o futuro Visconde do Cruzeiro, que foi casado com Itelvina Amélia da Silva Coelho; bisavô de Joaquim Coelho do Amaral, residente em Campinas, onde faleceu a 25-2-1973, de cujo arquivo tiramos os dados presentes. O brasão está em «Arquivo Nobiliárquico Brasileiro» do Barão de Vasconcelos, 573, e em «Parati, Caminho do Ouro» de Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, 32-33 e 205.

71. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. página CCXVII.

72. Celso Maria de Mello Pupo, «O Brasão dos Alvarengas» na Revista do Instituto Heráldico e Genealógico II 319.

Figura 2

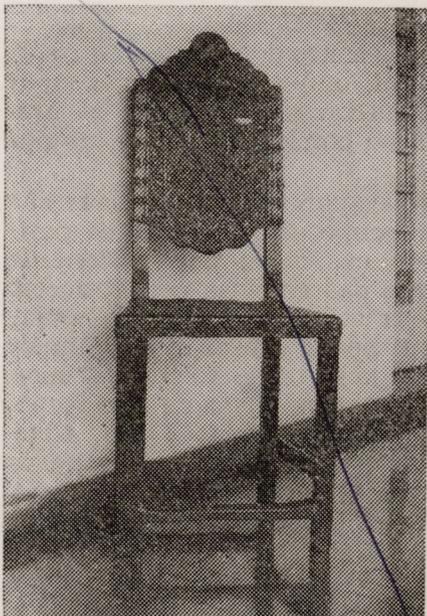


Figura 3



Figura 4

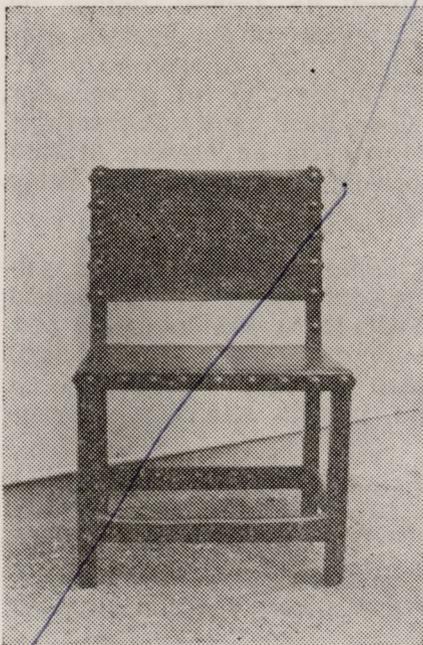
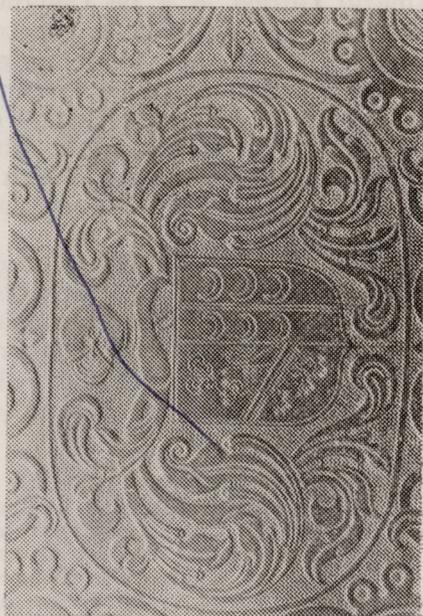


Figura 5



2 — A cadeira da terra. 3 — O brasão da cadeira da terra. 4— A cadeira baiana. 5 — O brasão da cadeira baiana.

Figura 6

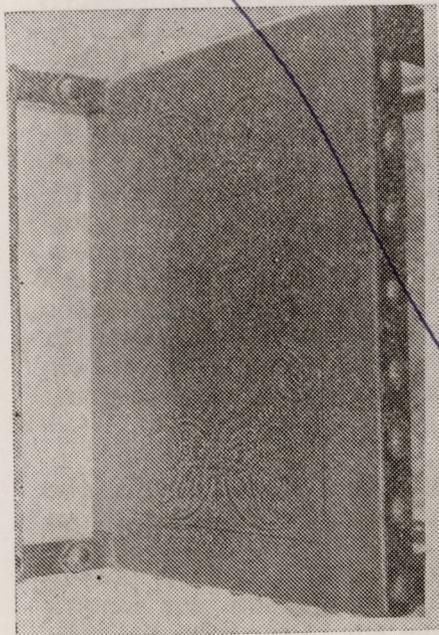


Figura 7

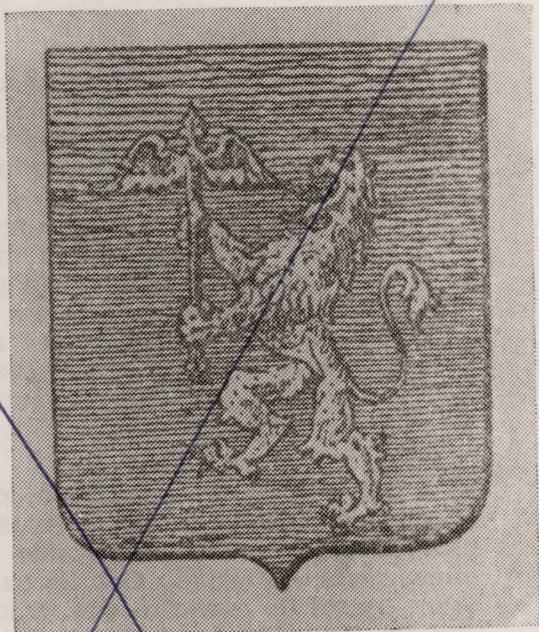


Figura 8

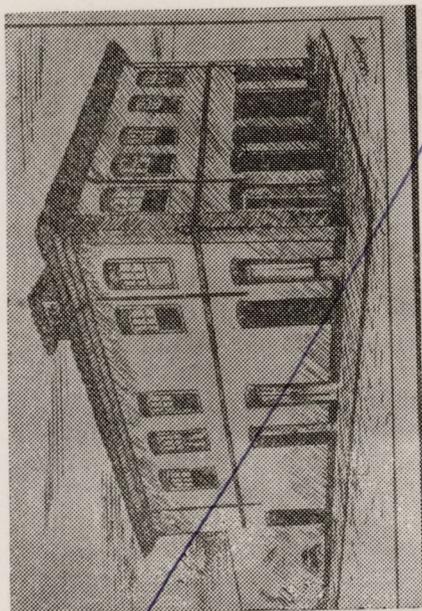
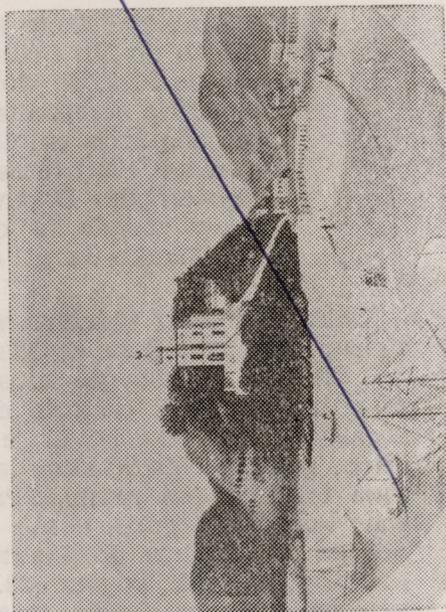


Figura 9



6 — O assento da cadeira baiana. 7 — Heráldica imperial, brasão de Gurgel no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. 8 — O sobrado de Santos que acolheu a cadeira da terra em 1873. 9 — O morro da Glória, óleo da coleção Museu Histórico Nacional.

Jguape

✓  
dor dela. Também ao tempo foi juiz vereador e escrivão da Câmara. Teria mérito para tanto. Atuou contra Franceses arribados e suspeitos. Em 83 irmão da Misericórdia, foi mordomo dos presos, escrivão e provedor de 1703 a 1705. Foi doutor pelo título que lhe dão e, enviuvando, tomou ordens já avançado em idade. Os haveres da família consideráveis. De desavenças contra parciais de grupos contrários na cidade, atacado por populares em emboscada, recebeu ferimentos de que veio a falecer na Santa Casa. Vieira Fazenda que dá estas informações, não soube se de fato foi enterrado na Glória, como quisera, por condição imposta na doação”(73).

Sobre o morro da Glória, conta Melo Morais Filho, que “aquela montanha que se agigantava, coubera em partilha a José Rangel de Macedo, em seguida a seu filho Francisco Rangel, mais tarde ao capitão Gabriel da Rocha Freire, e d’este possuidor, consta da escritura que temos a vista, passara por compra ao Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, que em 20 de julho de 1699, a cedeu em patrimônio a Nossa Senhora da Glória”(74).

E Afrânio Peixoto ainda esclarece que “a escritura de doação do Dr. Cláudio Gurgel do Amaral de 20 de junho de 1699, do Morro da Glória à Irmandade de N. S. da Glória acrescenta ao patrimônio da Santa, as terras que adquirira em 18 de fevereiro de 1687, que consistiam em 100 braças na Praia da Carioca”. “Em 1703, o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque nomeava capitão da fortaleza da Carioca ou da Glória, o Dr. Cláudio Gurgel do Amaral” (fig. 9).

Este primeiro Cláudio, mais tarde faleceu em quarto particular da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Citamos a carta de brasão que existe, por pública forma mandada tirar em cartório de Itu pelo historiador-médico Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, e conservada pelo seu neto homônimo, também historiador de mérito, que nos presenteou com uma fotocópia da mesma. Poderíamos, assim, reproduzi-la em seus termos integrais, o que não fazemos por já estar ela publicada na Revista do Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo, volume IX, página 622. A concessão desta primeira carta conhecida, de brasão de Amaral, data de Lisboa, sete de abril

73. Afrânio Peixoto, ob. cit.

74. Melo Morais Filho, «Festas e Tradições Populares do Brasil» 277.

de mil setecentos e cinco, cinqüenta anos antes de se destruir, pelo terremoto, o cartório da Nobreza.

A segunda carta de brasão de Amaral, foi outorgada em 1760, a Francisco Carvalho da Cunha e Amaral(75), cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor da vila de Parati, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, foi concedida a terceira carta, a José Viana do Amaral Rocha(76), natural da mesma cidade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo; e, em 1769, a quarta carta, a Francisco do Amaral Gurgel(77), senhor do engenho de Santo Antônio do Rio Fundo, o primeiro Amaral Gurgel a obter em Portugal o brasão de Gurgel, concessão que perpetuou em erro estas armas, igualando-as a outras já existentes, como forma simplista de fugir a investigações mais profundas. Depois destas, João da Costa Barros Rocha do Amaral(78), obteve a quinta carta, esquartelando as armas dos Amares com as de outras ascendências, em 1802.

A documentos, juntamos aqui a história de pequenas peças armoriadas. Concluindo quanto à origem dos Gurgéis, especialmente estudada pelos dois autores que se dedicaram a tal pesquisa, nosso estudo da iconografia heráldica da família aponta uma nova origem que nos parece de melhor fundamento. A concessão pelo Império do Brasil, de brasão nitidamente privativo dos de Gourgues, só se justifica por uma comum origem para esta e aquela estirpe. Não encontramos outra explicação para a aceitação pelo nosso Rei de Armas, de brasão idêntico a existente em França, para membros de uma família de origem francesa, sem que os próprios requerentes não tivessem apresentado exemplar antigo que herdaram, oferecendo para registro em cartório da nova pátria. Na falta de provas de sucessão, foram concedidas como mercê nova acompanhadas dos signos de nobreza antiga, significados no elmo de prata aberto guarnecido de ouro. E as mobílias de Bento do Amaral da Silva, vêm em nosso favor para dizermos que Gurgéis, em França, eram de Gourgues.

### O OUVIDOR E HERDEIROS DA MOBÍLIA

Nasceu o ouvidor Bento do Amaral da Silva no Rio de Janeiro, em cuja Sé foi batizado aos 3 de abril de 1647. Neto de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, pertencia à nobre família que se notabilizou pela posição, pelos cargos

- 
75. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 188, e Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, «Parati, Caminho do Ouro» 204.  
76. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 427.  
77. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 177.  
78. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 283.

ocupados e pela fortuna. Passou às minas buscando ouro e per-lustrando suas terras e filões, até juntar grandes haveres. Rico, fixou-se em São Paulo onde viveu pacificamente em seu meio, até aos setenta e dois anos de idade, quando faleceu aos 2 de junho de 1719.

Não temos dúvida em aceitar Parnaíba, Estado de São Paulo, como a terra onde se casou(79) pelos anos de 1694, pois em 1692, ainda era solteiro. Na mesma vila nasceu sua esposa, assim como o primeiro filho do casal em 1695; havia estabelecido sua residência na cidade de São Paulo onde se manteve em grande estado, onde ocupou altos cargos e onde faleceu(80) deixando a família na abastança. Sua esposa, Escolástica de Godói, era filha de Antônio de Godói Moreira, sertanista que por prestar grandes serviços à Coroa em descobertas de minas(81), teve a honra de receber carta de agradecimento firmada pelo próprio punho del rei Dom Pedro II, em 1698.

Os Godóis eram fidalgos com brasão de armas, descendentes de nobre castelhano que passou a São Paulo no domínio de Castela, constituindo família ilustre pelos seus feitos de homens públicos, bandeirantes e ocupados em muitos campos de atividade. A mãe de Escolástica de Godói, Ana de Lima e Moraes, maior número de fidalgos contava entre seus avós, pois era filha do capitão Guilherme Pompeu de Almeida, capitão-mor da vila de Parnaíba, fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna, que dotou com ricos ornamentos e vultoso patrimônio, cuja administração instituiu para o seu filho padre, o creso paulista e seu homônimo, com sucessor em seu genro Antônio de Godói Moreira.

Escolástica de Godói, viúva, conservou em sua meação a grande fazenda do Emboaçava para continuar no fausto da vida com o primeiro marido. Fez o seu testamento com longas declarações de fé e recomendação de bens de alma; declarou ter sido casada em primeiras núpcias com o sargento-mor Bento do Amaral da Silva de quem teve onze filhos, "seis machos e cinco fêmeas"(82). Não poderia, porém, viúva tão rica se ter livrado de novos candidatos e, assim, deixou-se agradar por um fidalgo vindo para estas terras de mãos vazias, e o desposou, tornando-se a senhora do sargento-mor José Pinto de Mesquita e Castro, hábil no gastar e que, falecida Escolástica de Godói aos 6 de novembro de 1736, já sofria no ano seguinte um mandado de penhora de seus bens. Deste casal ficou um filho.

79. Não existem os assentamentos da época; os existentes se iniciam em 1722.

80. Arquivo Público do Estado, inventários.

81. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, ob. cit. XXXII 255.

82. Arquivo Público do Estado, inventários.

Como já vimos, o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva possuía duas mobílias, de doze cadeiras cada uma. A mais nova feita na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas da qual identificamos uma de propriedade do Museu de Arte Sacra de São Paulo, mobília que Bento do Amaral deixou em uso na capital, permanecendo em poder da viúva Escolástica até sua morte em 1736, quando em processamento de inventário de seus bens(83), foi arrematada pelo herdeiro licenciado Manuel Bezerra Cavalcante, casado com Mécia Gurgel do Amaral(84). A mobília mais velha, já com "algum uso" no falecimento do proprietário, "feita na terra", coube ao filho primogênito capitão José do Amaral Gurgel, e do seiscentismo à proximidade de nossos dias, teve descendentes que por ela zelassem até ser dividida por volta de 1869, como vai historiado à vista de inventários e outros documentos que confirmam a tradição.

O capitão José do Amaral Gurgel, primogênito do ouvidor, nasceu em Parnaíba onde foi batizado em 1695; depois de residir em São Paulo com os pais, ainda solteiro mudou-se para Itu a cuidar de sua sesmaria e ser senhor de engenho(85), para lá transportando a mobília paulistana herdada do pai. Em Itu, aos 23 de maio de 1730, casou-se na matriz de Nossa Senhora da Candelária(86), com Escolástica de Arruda Leite Ferraz, filha do capitão Pedro Dias Leite, dos Lemes antigos da capitania, e de Antônia de Arruda, dos Arrudas, Botelhos e São Paio(87), famílias das mais distintas de São Paulo. Foi o casamento testemunhado pelo então sargento-mor João de Mello do Rego e pelo capitão-mor Manuel de São Paio Pacheco, ambos da mais alta nobreza da terra e todos, nubentes e testemunhas, fidalgos de brasão de armas. Foram seus filhos:

1. José de Arruda Gurgel, casado duas vezes, a primeira em Itu no ano de 1758, e a segunda em Sorocaba no ano de 1768.
2. Rita de Arruda Gurgel, casada em Itu em 1761.
3. Vicente Férrer do Amaral, que continua.
4. Antônio do Amaral Gurgel, casado em Itu em 1761.
5. Maria do Amaral, falecida solteira.

83. Arquivo Público do Estado, inventários.

84. Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. VI 141.

85. Arquivo Público do Estado, sesmarias XXX 71 e XLI 14 v.

86. Cúria Diocesana de Jundiáí.

87. Entre São Paio e Sampaio, procuramos conservar a forma usada pelo portador do apelido.

6. Ana do Amaral, casada em Itu em 1752, com José Pais de Campos.
7. Antônia de Arruda, casada em Itu em 1761, com Bento Leme César.
8. Teresa de Jesus Amaral, casada em Itu em 1767, com Antônio Rodrigues Leite de São Paio; são os avós paternos do Visconde de Indaiatuba.
9. Joaquim do Amaral Gurgel.

José do Amaral Gurgel foi o primeiro juiz ordinário de Itu(88) onde passou sua vida e onde faleceu com mais de setenta anos de idade, legando a mobília, que recebera do pai, a seu filho Vicente Férrer do Amaral. E para bem assegurar a identificação do móvel iconográfico que alicerça nossas conclusões, continuaremos nas gerações que o possuíram.

Nasceu Vicente Férrer do Amaral em Itu, mas foi batizado na Sé de São Paulo a 9 de julho de 1735, tendo por padrinhos a sua avó paterna Escolástica de Godói e o seu tio paterno Guilherme do Amaral Gurgel. Sempre residiu em Itu, em cuja matriz de Nossa Senhora da Candelária casou-se às 17,30 horas de 11 de dezembro de 1769, com Brígida Soares de Camargo, nascida e batizada na vila de Cotia, aos 3 de março de 1754, filha de Inácio Soares de Barros e de Marta Maria de Camargo Lima, por quem trouxe o sangue dos célebres Camargos da capitania.

Vicente Férrer, como o pai, foi senhor de engenho, homem de posses, tinha várias propriedades agrícolas, animais, escravatura e "uma morada de casas no pátio da Matriz", de dois lanços(89), de taipa de pilão, confinando com casas do capitão Inácio Xavier Pais de Campos e de Agostinha Rodrigues Bueno. Na sala principal desta casa, usava a mobília brasonada (fig. 2) que pertencera a seu avô paterno. Do seu casamento teve os filhos:

1. Ana do Amaral Gurgel (1771) casada em Itu em 1797 com o tenente João Manuel Gil Ferreira, de quem foi segunda mulher.

---

88. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, ob. cit. XXXII 258.

89. Esta casa, quando já pertencia à filha de Vicente Férrer, Francisca Soares do Amaral, foi lançada para pagamento de imposto predial de 1865-66, que se calculava pelas aberturas da fachada, pelas janelas que abriam para a rua da frente; tinha a casa três aberturas e mais a porta com duas janelas de um lado e uma do outro. Quanto a lanço, já tratamos na nota 36.

2. Maria do Amaral Gurgel (1773) casada depois de 1809 com o guarda-mor Manuel José Vaz Botelho, de quem, também, foi segunda mulher.
3. Antônia de Pádua do Amaral (1775) casada em Itu, em 1797, com o tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio.
4. José, falecido na infância (1776).
5. Padre Melchior de Pontes do Amaral (1777).
6. João Evangelista do Amaral (1778), casado em Porto Feliz, em 1802 com Gertrudes do Amaral Campos.
7. Brígida Soares de Camargo (1781) falecida solteira.
8. Gertrudes Soares de Camargo (1785) casada em 1801, em Itu, com o Capitão José Inácio de Camargo Penteadado.
9. Francisca Soares do Amaral (1788) falecida solteira.
10. Capitão Boaventura do Amaral Camargo (1789) mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842.
11. Bernarda (1790) falecida na infância.
12. Tomás José do Amaral Gurgel (1791), casado em Campinas em 1815 com Maria da Lapa Barbosa.

Dos filhos homens do casal, o mais velho, Melchior, ao se fazer sacerdote, para o que deveria instituir um patrimônio como exigiam, então, os cânones da Igreja, teve-o feito por Vicente Férrer e sua mulher, instituindo este patrimônio aos 24 de novembro de 1805, constante da casa do pátio da matriz de Itu, casa que, com a velha mobília brasonada, passou, depois da morte de Vicente Férrer do Amaral em 23 de julho de 1812, a pertencer ao filho padre.

O Padre Melchior de Pontes do Amaral foi, por alguns, erradamente chamado Belchior. Ainda que assim se tenha registrado no assentamento de batismo em Itu aos 3 de janeiro de 1777, o seu verdadeiro nome era Melchior, como sempre usou em todos os documentos de sua vida e como sempre assinou de seu próprio punho, nome, aliás, em sua lembrança, posto em sobrinhos e sobrinhos netos pela estima e respeito que merecia o parente padre. Antes de se ordenar, com mais dois irmãos requereu, em princípios de 1795, as diligências para sua habilitação "de genere", o que fez com esclarecimentos interessantes a qualquer estudo genealógico:

---

90. Realmente se chamou Boaventura do Amaral Camargo e tinha seis anos quando se fez o requerimento.

“Dizem Melchior de Pontes do Amaral, Boaventura Gurgel de Camargo(90) e Tomaz José da Amaral Gurgel, batizados na Matriz da Freguesia de N. Senhora da Candelária da Vila de Itu; filhos legítimos de Vicente Férrer do Amaral, batizado na Sé Catedral dessa cidade, e de Brígida Soares de Camargo, batizada na Matriz de N. Senhora do Monserrate da Freguesia da Cotia; netos pela parte paterna de José do Amaral Gurgel, batizado na Matriz da Freguesia de Sant’Ana da Vila de Parnaíba, e de sua mulher Escolástica de Aruda Leite, batizada na predita Matriz da Vila de Itu; e pela parte materna netos do Capitão Inácio Soares de Barros e de sua mulher D. Marta Maria de Camargo Lima, ambos batizados na dita Matriz da Freguesia da Cotia, todas deste Bispado, que eles desejam ser admitidos a se lhes fazerem diligência de genere...”(91)

Ordenado, residia o padre Melchior em Itu onde foi proprietário da casa da herança paterna no pátio da Matriz, e da velha e avoenga mobília brasonada completa (fig. 2). Nesta casa, José Vaz Pinto de Mello(92) sobrinho neto do padre, conheceu a velha mobília como cara tradição dos seus antepassados; na mesma casa e com o padre, residiram suas irmãs solteiras mesmo depois de ter o padre Melchior mudado para Capivari, sem nada levar do mobiliário da casa de Itu.

O padre Melchior, informa-nos Nardy Filho, “foi sacerdote virtuoso e ilustrado, dando-se ao estudo de jurisprudência e advocacia, abriu seu escritório de advogado em Itu, sua terra natal”; “foi consciencioso e dedicado; representou a Câmara e o povo de Itu em São Paulo em 1822, pela chegada do Príncipe Regente, fez parte da comissão encarregada pela Câmara de apresentar emendas ao projeto de Constituição apresentado às Câmaras por D. Pedro I, tendo também ocupado diversos e honrosos cargos na administração de sua terra natal”(93).

Antônio Pompeu de Camargo em seu “Os Paulistas e a Igreja”, conta que os padres do Patrocínio tiveram idéias Kantianas, depois abandonadas, combatidas na época “principalmente pelo teólogo Frei Inácio de Santa Justina e pelos padres Melchior Soares do Amaral e Antônio Pacheco da Silva”. Anota ainda Pompeu, falando do padre Melchior, que “vimos este pa-

91. Cúria Metropolitana de São Paulo.

92. Um dos maiores comissários de café, na ocasião.

93. Francisco Nardy Filho, «A Cidade de Itu» IV 57.

dre como primo do padre Feijó”; e a página 150, ao tratar do mesmo, mas sob o nome certo de Melchior de Pontes do Amaral, admite a possibilidade dos dois nomes se referirem ao mesmo sacerdote(94). Efetivamente eram de uma só pessoa e de um primo-irmão do padre Feijó.

Gozando de grande estima residiu o padre também em Capivari, onde já havia sido vigário da paróquia de 1827 a 1829, e onde finou-se no dizer do obituário:

“Padre Melchior de Pontes Amaral. Aos 15 de março de 1850, nesta Vila, faleceu hidrópico, com todos os sacramentos, o Padre Melchior de Pontes Amaral, de setenta e três anos: foi envolto em hábito clerical, acompanhado e solenemente encomendado, e sepultado nesta Igreja de Capivari”. (a) O Vig.º Fabiano Je. Mor.ª de Camargo(95).

O inventário de seus bens foi requerido nesta mesma vila de Capivari com a declaração de possuir, entre outros, “umas casas na cidade de Itu” e “trastes que deixou à sua irmã D. Francisca Soares do Amaral”. Este inventário não teve prosseguimento, requerendo mais tarde em Itu, esta sua irmã, Francisca Soares do Amaral, então única solteira viva, outro inventário que se consumou e destinou a ela mesma, a casa do pátio da Matriz por desistência dos sobrinhos e sobrinhos netos, e a mobília brasonada que já lhe pertencia por doação(96).

A donatária e herdeira do padre Melchior, Francisca Soares do Amaral, nasceu em Itu em 1788, tendo vivido solteira com os seus pais e o irmão padre. Falecendo, seus bens foram inventariados em Itu em 1869; da mobília brasonada, peças foram doadas a sobrinhos seus. Por esta ocasião, residia em Santos o sobrinho neto do Padre Melchior e de Francisca, José Vaz Pinto de Mello que voltando a Itu para representar esta cidade na Convenção Republicana de 1873, muito lamentou não ter recebido uma cadeira brasonada, o que levou a sua prima e comadre, professora conhecida como Dona Aninha Mestra, a fazer-lhe presente da sua que foi levada para Santos, para o sobrado residencial do largo do Rosário (fig. 8).

Este novo proprietário de uma das cadeiras, neto paterno do tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral, era filho do austero Pedro de Mello

94. Antônio Pompeu de Camargo, «Os Paulistas e a Igreja» II 57 e 150.

95. Cúria Diocesana de Piracicaba.

96. Segundo Tabelionato de Itu.

72

e Sousa (97). Antes de sua morte aos 17 de maio de 1917, doou a cadeira a seu filho Pedro de Mello que, também em fim de vida, fez doação da cadeira a seu sobrinho, o atual proprietário.

Nas doações feitas em Itu, uma outra cadeira da mobília coube ao sobrinho do padre Melchior, José Balduino do Amaral Gurgel, filho também de Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral. Fazendeiro em Indaiatuba, doou entre 1880 e 1885, a sua cadeira a seu sobrinho carnal engenheiro Pedro de Mello e Souza Júnior. E foi curioso o peregrinar desta segunda cadeira com o seu proprietário engenheiro arquiteto que, em 1885 resolveu ir aos Estados Unidos da América do Norte, onde se havia diplomado, levando engradada a cadeira; encarregado de trabalho urbanístico em Ítaca, para lá partiu.

Embarcou o engenheiro em Santos no vapor "Guadiana" da Mala Real Inglesa que, ao passar por Abrolhos, bateu numa rocha e naufragou, salvando-se Pedro de Mello e a cadeira em barco de um português que os levou à cidade de Caravelas onde ficaram três dias; seguiram depois para a Bahia a bordo do "calhambeque Marinho Visconde" do qual passaram para o vapor Nilo da Mala Real, continuando a viagem para Lisboa, Vigo e Southampton. Desta cidade, a bordo do "Dominique", em dez dias estavam em Brooklyn onde todos queriam saber a idade da cadeira. A permanência do engenheiro em Ítaca foi de quatro anos, voltando ao Brasil em 1889, pelo vapor "City of Rio"; residiu dez anos em Santos, mudando-se em 1910, para sua chácara "Arcádia" na freguesia do Ó em São Paulo. Em 1936, doou, a seu sobrinho-neto, como presente de núpcias, a sua tricentenária cadeira.

#### COLATERAIS E DESCENDENTES

Filhos de Mécia de Arão Gurgel e José Nunes da Silva (este filho de Antônio Nunes da Silva, nascido em 1578, em Azinhaga, Santarém, casado em 1608, com Maria Jordão) (98), foram o sargento-mor ouvidor Bento do Amaral da Silva e Francisco do Amaral Gurgel "um dos homens mais principais e afazenda-

97. Pedro de Mello e Sousa, genealogista que, quando se admiravam de seus conhecimentos genealógicos, respondia: «o meu pai conhecia muito mais». Foi citado pelo grande genealogista Luís Gonzaga da Silva Leme em sua monumental obra «Genealogia Paulistana» V v e IV 245, dizendo: «ajudado pelo inteligente velho Pedro de Mello», que para ele era «caráter de rija tèmpera, notável pela memória, que conservou até os últimos anos de sua vida, constituindo depositário de quem as gerações de hoje iam receber as tradições dos seus antepassados».

98. Carlos G. Rheingantz, ob. cit. II 367.

dos da dita capitania", nomeado capitão-mor e governador da capitania de São Paulo por carta do governador geral do Rio de Janeiro, de 5 de fevereiro de 1709, cuja posse se deu a 1.º de março do mesmo ano, para ocupá-lo até 1711, quando a capitania passou, por venda, ao domínio da Coroa.

Bento do Amaral da Silva casou-se em Parnaíba, dentro do seiscentismo, com Escolástica de Godói, de tradicional família paulista, para ser o tronco dos Amarais Gurgéis do Estado de São Paulo. Dentre seus irmãos, destacou-se pela descendência no Rio de Janeiro, Domingas do Amaral, casada com Manuel Martins Quaresma, e que foi trisavó de Joana Maria da Fonseca casada com o marechal José Joaquim de Lima e Silva, do tenente coronel Antônio da Fonseca Costa e da Marquesa de Vila Real da Praia Grande; tetravó do marechal Francisco de Lima e Silva, do Barão de Suruí, do Visconde de Magé, do Marquês da Gávea e do segundo Visconde de Vila Real da Praia Grande; pentavó do Duque de Caxias, do Conde de Tocantins, do Visconde da Penha, da Baronesa de Suruí e outros titulares na rica árvore de sua grande descendência.

Seu sangue chegou até a casas da mais alta nobreza de Portugal, como é o caso do ramo paulista que passou ao Paraná pelo neto de Bento do Amaral da Silva, o capitão-mor de Lages, Bento do Amaral Gurgel, filho de Isidora do Amaral, antepassado de grandes figuras como Ubaldino do Amaral Fontoura, senador, ministro do Supremo Tribunal, presidente do Banco do Brasil(99), ramo a que pertencia a sobrinha de Ubaldino, filha de Maria Narcisa Cândida do Amaral Fontoura, Eugênia Lopes de Oliveira Prestes que foi mãe de outra Eugênia Adelaide Lopes de Oliveira Prestes (depois de Macedo Soares), casada com o embaixador José Roberto de Macedo Soares e mãe do diplomata José Augusto Prestes de Macedo Soares, casado com Maria Tereza de Castelo Branco, falecida, filha dos 10.ºs Condes de Pombeiro, neta paterna dos 4.ºs Marqueses de Belas(100), e mãe de José Antônio, José Luís e José Roberto de Castelo Branco de Macedo Soares.

No Estado de São Paulo, honram a família o capitão Boaventura do Amaral Camargo, herói-mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842; o Visconde de Indaiatuba, notável chefe liberal, paladino da colonização do braço livre e destacado abolicionista;

o jornalista e historiador Leopoldo do Amaral; o filantropo e grande benfeitor da Santa Casa de Campinas, Antônio Carlos do Amaral Lapa; o reputado professor Quirino do Amaral Campos; a boníssima senhora Ana Leonísia do do Amaral Camargo, esposa do advogado ~~XXXXXXXXXX~~ Cândido Ferreira da Silva Camargo; o Coronel João Carlos do Amaral, grande proprietário rural no local que se tornou conhecido como bairro dos Amarais ~~XXXXXXXXXX~~; Francisco Inácio do Amaral Lapa, fundador da fazenda Lapa ~~XXXXXXXXXX~~, hoje sede da Sociedade Hípica, todos de Campinas. E ainda a Baronesa de Serra Negra; o acadêmico, poeta e prosador Amadeu Amaral, da Academia Brasileira de Letras; o cônego Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, doutor em leis, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (101) deputado provincial e geral; membro do Conselho Geral da Província, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Cavaleiro da Ordem de Cristo; Tarsila Amaral, famosa pintora; Ana Cândida do Amaral que pelo seu casamento foi mãe do laureado pintor Almeida Júnior; o grande benfeitor dos febreiros de Sorocaba, monsenhor João Soares do Amaral; e tantos mais que deveríamos citar se nosso trabalho comportasse.

99. Dunshee de Abranches, «Governos e Congressos da República» I 257.  
100. Antônio Joaquim de Macedo Soares, «Nobiliarquia Fluminense» II 304 e Afonso Eduardo Martins Zuquete, «Nobreza de Portugal e do

Brasil" III 154.

101. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit. II 62.

o cônego Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, doutor em leis, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (101), deputado provincial e geral, membro do Conselho Geral da Província, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cavaleiro da Ordem de Cristo; o jornalista e historiador Leopoldo Amaral; Tarsila Amaral, famosa pintora; Ana Cândida do Amaral que pelo seu casamento foi mãe do laureado pintor Almeida Júnior; o grande benfeitor dos febreiros de Sorocaba, monsenhor João Soares do Amaral; o filantropo e grande benfeitor da Santa Casa de Campinas, Antônio Carlos do Amaral Lapa; o reputado professor Quirino do Amaral Campos; o vigário da Vara de Piracicaba padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e seu irmão padre Miguel Joaquim do Amaral; a boníssima senhora Ana Leonisia do Amaral Camargo, esposa do advogado Cândido Ferreira da Silva Camargo, todos falecidos, e tantos mais que deveríamos citar se nosso trabalho comportasse.

da Revista do Instituto  
Histórico e Geográfico  
de São Paulo. Volume 18.  
- 1982.